



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3168/2025

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2025.

Processo nº 0244968-60.2022.8.19.0001,
ajuizado por **V. D. S.**

Em atendimento ao despacho judicial (fl. 227) e ao requerido pelo Ministério Público (fl. 223), seguem as informações.

Trata-se de demanda judicial proposta por Autora portadora de **ceratocone**, na qual se pleiteia o fornecimento de **lentes de contato rígidas esclerais**.

Inicialmente, informa-se que para a presente ação, este Núcleo já se pronunciou através do PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2166/2022, emitido em 13 de setembro de 2022 (fl. 37 a 39), no qual foram abordados os aspectos relativos à indicação e disponibilização do insumo supracitado.

Ressalta-se que todas as informações relevantes foram devidamente prestadas no parecer supracitado.

De acordo com os **artigos 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080/1990**, a avaliação de novas tecnologias para o SUS deve seguir critérios técnico-científicos, levando em consideração evidências de eficácia, segurança, custo-benefício e impacto orçamentário.

Para que a CONITEC possa analisar determinada tecnologia em saúde e emitir um Relatório de Recomendação ao Ministério da Saúde, é necessário, conforme determina o art. 15, §1º, do **Decreto nº 7.646/2011**, que haja algum dos critérios infra citados:

- Solicitação de algum proponente;
- Registro da tecnologia junto à ANVISA;
- Regulação de preço junto à CMED, no caso de medicamentos.
- Evidência científica que demonstre que a tecnologia pautada é, no mínimo, tão eficaz e segura quanto àquelas disponíveis no SUS para determinada indicação.

O **Decreto nº 7.646/2011** estabelece o prazo de **180 dias, prorrogáveis por mais 90**, contado da data em que foi protocolado o requerimento de instauração, para a CONITEC emitir um parecer sobre a incorporação, exclusão ou alteração de medicamentos no SUS.

Diante do exposto, informa-se que a *“ilegalidade do ato de não incorporação do medicamento pela CONITEC, ausência de pedido de incorporação ou da mora na sua apreciação”*, só se justifica se houver violação dos prazos legais, falta de fundamentação técnica adequada ou descumprimento dos critérios previstos na legislação.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Neste sentido, cabe informar que, até a presente data, **não houve proposta de avaliação** pela CONITEC do insumo **lentes de contato rígidas esclerais** para o tratamento do ceratocone.

É o parecer.

Ao 2º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277

ID. 436.475-02